

As convenções partidárias e a esperança de novos tempos

Ives Gandra da Silva Martins

O Presidente Figueiredo, em um dos seus desabafos costumeiros, que a relevância do cargo sugeriria nunca fossem trazidos ao conhecimento público, declarou não merecer o Brasil os políticos que tem. A declaração foi seguida de imediata reação, com idêntico nível emocional, alguns dizendo não merecer o Brasil o presidente que aí estava, nem a inflação que o Governo não debelava.

Em que pese todas as afirmações conterem verdades superficiais e julgamentos precipitados, parece-nos que nenhuma delas atingiu a essência do problema, que é a luta pelo Poder.

Todos os grandes filósofos, que se debruçaram sobre o fenômeno governamental, desde Platão, passando por Aristóteles, Políbio, Aquino, Maquiavel, Bodin, More, Hobbes, Vico, Montesquieu, Hegel e Marx, não conseguiram formular a teoria ideal, pela preocupação maior de encontrar soluções institucionais e não humanas.

Os clássicos falavam em seis formas de governo, três boas (monarquia, aristocracia e **politia**) e três más (tirania, oligarquia e democracia), que se opunham, sendo a monarquia e a tirania o governo de um só, a aristocracia e a oligarquia, o governo de uns poucos, e a **politia** e a democracia, o governo de todos. Tal formulação aristotélica, com algumas alterações formais, foi encampada pelos filósofos posteriores, inclusive por aqueles, como Maquiavel, que reduzindo as formas de governo a duas, em face de sua assunção (justo título e conquista), consideravam bom o governo que soubesse manter-se no poder e mau o governo que o perdia.

Não sei qual é o conhecimento científico das teorias políticas do presidente Figueiredo ou daque-

les que o contestaram, mas valeria a pena lembrar a dificuldade que os pensadores sempre encontram na procura de uma adequação entre as verdadeiras finalidades do Estado e o exercício do poder por quem o detinha.

O político é necessariamente um homem, que almeja o Poder. Busca o Poder porque se sente vocacionado em dominar. Em ter subordinados. Em ser senhor. Todos os teóricos (filósofos, juristas, sociólogos, psicólogos, historiadores, etc.) reconhecem que o ideal de servir aos governados antes que deles se servir existe, mas é fato raro, embora não conscientizado por parte daqueles que governam.

Maquiavel foi um cínico, que conhecia a natureza humana, como a conheciam os santos, que não pecando original encontraram a mesma justificativa para a tendência ao egoísmo, ao mal, ao hedonismo pertinente à condição humana.

Por essa razão, sua teoria de governo era amoral, mas tinha a percepção da verdade. O Poder vale pelo Poder e mau governante é aquele que o perde.

Se o povo está satisfeito ou não, tal conteúdo axiológico, valorativo é despidendo para definir o bom governo, pois este se justifica pelo seu próprio exercício.

Ora, à evidência, essa realidade tem caracterizado todos os governos, de todos os países, em todos os tempos.

O Poder sem limite, sem instrumentos institucionais de controle, gera necessariamente a corrupção, como Lord Acton dizia (O poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente).

E foi esse panorama social que a Revolução de 1964 não compreendeu. Nascida para combater a corrupção e a subversão, não criou o instrumental jurídico de controle e

responsabilização capaz de combatê-las. De médico das instituições em frangalhos passou a doente ainda mais depauperado que o regime anterior, não tendo criado os mecanismos necessários para controlar a tendência inata do homem que almeja o poder, ou seja, de ambicioná-lo acima dos próprios interesses nacionais.

As convenções partidárias que se aproximam nascem nos estertores do Movimento de 1964, que falhou não por falta de ideais — que eram bons —, mas por falta da criação da aparelhagem legal fundamental para que os governados controlassem os governantes, no interesse de ambos. Quaisquer que sejam os resultados delas e do pleito no Colégio Eleitoral, o certo é que nenhum presidente futuro poderá mais governar o País, sem se conscientizar dessa realidade, sem promover profundas alterações institucionais, a começar pela verdadeira liberdade de iniciativa, no plano econômico e social. Já se disse no início da Revolução Americana, por seus primeiros pensadores, que "governa mais quem governa menos". O Brasil precisa menos ser governado por quem não se sabe governar do que ter liberdade para crescer, a partir de um verdadeiro ideal desenvolvimentista, que começa com a obrigação de o governo não atrapalhar.

Se o futuro presidente terminará seu mandato apenas não obstaculizando as forças vivas da Nação (operários, empresários e profissionais liberais) e reduzindo o nível de sua participação na atividade econômica, já muito terá contribuído para a reversão de um processo em que o controle da responsabilidade deve ser feito do povo para o governo e não do governo para o povo.